



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 563644 - SC (2020/0047101-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
BRUNA GUZZATTI DE BARROS VIEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : G V Q (PRESO)
OUTRO NOME : G V Q
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de G. V. Q. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 5000557-58.2020.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão preventiva decretada no dia 14/1/2020, pela suposta prática dos crimes descritos no art. 215-A, c/c o art. 129, ambos do Código Penal, porque teria descumprido medida cautelar de monitoramento eletrônico (e-STJ fls. 104/105).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que o decreto de prisão sem a manifestação da defesa feriu o princípio do contraditório, bem como não houve demonstração da necessidade da prisão cautelar, mencionando que o paciente possui bons predicados pessoais e suspeita que sofra de distúrbio mental (e-STJ fl. 186).

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 193):

HABEAS CORPUS. SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E LESÃO CORPORAL (ARTS. 215-A, C/C ART. 129, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS PELA JUÍZA DE PRIMEIRO GRAU. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INSURGÊNCIA DA DEFESA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS INVESTIGADOS. INDÍCIOS DE QUE O PACIENTE DESCUMPRIU AS MEDIDAS IMPOSTAS MEDIANTE O ROMPIMENTO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. JUÍZA A QUO QUE

DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL NO PACIENTE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR NECESSÁRIA PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PENAS MÁXIMAS DOS DELITOS INVESTIGADOS QUE, SOMADAS, ULTRAPASSAM QUATRO ANOS. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA, NOS TERMOS DO ARTS. 282, § 4º, 312 E 313, INCISO I, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ARGUIÇÃO DE OFENSA AO CONTRADITÓRIO ANTE A REVOGAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA SEM A OITIVA DO PACIENTE. INSUBSISTÊNCIA. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA QUE OPINOU PELA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO MANTIDA. WRIT CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública alega que o paciente é primário e de bons antecedentes, bem como que há sérias suspeitas de que ele sofre de distúrbio psiquiátrico, motivo pelo qual foi instaurado o incidente de sanidade mental.

Assevera que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Diante disso, pleiteia a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. **Decido**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC n. 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC n. 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a

existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

Busca-se, no presente *writ*, a revogação da prisão preventiva do paciente, alegando-se que não foi demonstrada sua imprescindibilidade.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

Entende-se pela expressão [garantia da ordem pública] a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.

[A conveniência da instrução processual] é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do

acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.

Asseguração da aplicação da lei penal: *significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal.*

(NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710).

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de *periculum libertatis*. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não se justifica a prisão. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

[...] . 7. O requisito do periculum libertatis exige a demonstração do perigo, atual ou futuro, decorrente da liberdade dos imputados. 8. Para que o decreto de custódia cautelar seja idôneo, é necessário que o ato judicial constritivo da liberdade traga, fundamentadamente, elementos concretos aptos a justificar tal medida. Precedentes. 9. É imprescindível apontar-se uma conduta dos réus que permita imputar-lhes a responsabilidade pela situação de perigo à genuinidade da prova. [...] (HC n. 137.066/PE, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 13/03/2017).

[...]. Prisão preventiva. Decretação por força da mera gravidade da imputação, sem base em elementos fáticos concretos. Inadmissibilidade. Medida que exige, além do alto grau de probabilidade da materialidade e da autoria (fumus commissi delicti), a indicação concreta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do imputado (periculum libertatis) e a efetiva demonstração de que essa situação de risco somente poderá ser evitada com a máxima compressão da liberdade do imputado. Necessidade, portanto, de indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a conclusão de que o

imputado, em liberdade, criará riscos para os meios ou o resultado do processo. [...] (HC n. 122.057/SP, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 10/10/2014).

[...] III. Prisão preventiva: à falta da demonstração em concreto do periculum libertatis do acusado, nem a gravidade abstrata do crime imputado, ainda que qualificado de hediondo, nem a reprovabilidade do fato, nem o conseqüente clamor público constituem motivos idôneos à prisão preventiva: traduzem sim mal disfarçada nostalgia da extinta prisão preventiva obrigatória. (RHC n. 79.200/BA, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/06/1999, DJU 13/08/1999).

Idêntica é a posição desta Corte:

[...]. 4. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. [...] (RHC n. 97.893/RR, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

2. [...] Como é cediço, a segregação preventiva, como medida cautelar acessória e excepcional, que tem por escopo, precipuamente, a garantia do resultado útil da investigação, do posterior processo-crime, da aplicação da lei penal ou, ainda, da segurança da coletividade, exige a efetiva demonstração do periculum libertatis e do fumus comissi delicti, nos termos do art. 312 do CPP. [...] (HC n. 503.046/RN, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Nesse sentido:

[...] III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal [...]. (HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015)

[...] 2. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. [...]. (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014)

No caso, após a homologação da prisão em flagrante na audiência de custódia, o magistrado singular deferiu a liberdade provisória ao paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Diante do rompimento da tornozeleira eletrônica, a custódia foi decretada (e-STJ fls. 104/106). Ao examinar a matéria, o Tribunal manteve a custódia, transcrevendo as razões do magistrado e ponderando o seguinte (e-STJ fls. 186/192):

No caso, a segregação cautelar do paciente mostra-se necessária para

assegurar a aplicação da lei penal e resguardar a ordem pública.

Com efeito, em breve análise do caderno processual, verifica-se que há indícios de autoria e materialidade delitivas, uma vez que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 215-A c/c art. 129, ambos do Código Penal, uma vez que no dia 27-12-2019, por volta das 9 horas, teria passado a mão nos seios da vítima T.S., assim como agredido-a por meio de uma corrente, consoante auto de prisão em flagrante, boletim de ocorrência, auto de exibição e apreensão e depoimentos colhidos na fase inquisitorial (evento 1, dos autos de origem).

Nesse viés, a juíza de primeiro grau, quando da realização da audiência de custódia, concedeu a liberdade provisória do paciente, nos subseqüentes termos (evento n. 6):

Em análise ao disposto no art. 310 do CPP, verifico que a soma das penas máximas dos delitos em apreço ultrapassa 04 (quatro anos), preenchendo o requisito do art. 313, I, do CPP. Quanto aos requisitos do art. 312 do CPP, estão presentes indícios suficientes da materialidade e da autoria dos delitos, especialmente diante dos relatos contundentes da vítima. Todavia, no caso concreto, não vislumbro a necessidade de segregação cautelar, sendo suficiente a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. Com efeito, analisando-se sumariamente os elementos de informação colhidos no auto de prisão em flagrante, bem como as condições pessoais do conduzido, observo que, em que pese a gravidade das condutas, o fato delituoso foi isolado em sua vida, notando-se que este não registra antecedentes criminais, tampouco possui ações penais ou inquéritos policiais em curso, não oferecendo risco à ordem pública, relativamente à probabilidade de reiteração delitiva. Ademais, ainda quanto ao referido requisito, as circunstâncias dos fatos relatados, por si sós, não são suficientes a demonstrar a periculosidade em concreto do custodiado, salientando-se que, da sua declaração perante a autoridade policial, extraem-se indícios da perturbação da saúde mental do conduzido, tornando-se imprescindível, portanto, a aferição de sua eventual inimputabilidade, através do incidente processual próprio.

(...)

Destarte, entendo que a prisão não é, por ora, a medida mais adequada ao caso em apreço, sendo suficientes as medidas cautelares diversa da prisão, previstas no art. 319 do CPP (art. 282, I, CPP). Ante o exposto, ausentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP, CONCEDO a liberdade provisória ao custodiado GUILHERME VELOSO QUINTINO, condicionada ao cumprimento das seguintes medidas cautelares diversas da prisão: a) Comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar suas atividades, a qual será reavaliada por ocasião da audiência de instrução e julgamento; b) Proibição de ausentar-se da Comarca sem autorização judicial, por mais de 8 (oito) dias, à exceção das comarcas integradas (Capital, São José, Palhoça e Biguaçu); c) Proibição de mudar de domicílio sem a prévia comunicação ao juízo, mediante atualização de seu endereço nos autos; d) Proibição de aproximar-se da vítima, onde quer que ela se encontre, estabelecendo para isso um limite mínimo de 500 (quinhentos) metros de distância; e) Proibição de manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; f) monitoração eletrônica (art. 319, IX, CPP), com raio de circulação na Comarca onde reside, à exceção das comarcas integradas (Capital, São José, Palhoça e Biguaçu), pelo prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual será reavaliada a necessidade de prorrogação, que poderá se dar por uma vez, em igual período, devendo ser informado o endereço da vítima ao sistema de fiscalização para cumprimento da medida de seu afastamento.

Ocorre que, o Departamento de Administração Prisional informou nos autos a "QUEBRA DE REGRAS DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO" por parte do paciente, uma vez que teria rompido o dispositivo no dia 30-12-2019, o qual fora encontrado, posteriormente, pela Guarda Municipal no trapiche da Av. Beira-mar Norte, cidade de Florianópolis (evento 29), ensejando, assim, na revogação da liberdade provisória daquele.

Extraí-se a seguinte fundamentação para o decreto da segregação cautelar do paciente (evento n. 38, dos autos n. 5033053-08.2019.8.24.0023):

Trato de pedido de prisão preventiva de Guilherme Veloso Quintino, formulado pelo Ministério Público (evento 36), em razão do descumprimento da medida cautelar alternativa de monitoramento eletrônico.

Da análise dos autos, verifico que a decretação da prisão preventiva do conduzido encontra fundamento no art. 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

O Departamento de Administração Prisional informou nos autos a "QUEBRA DE REGRAS DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO" por parte do conduzido, vez que este rompeu o dispositivo no dia 30/12/2019, o qual fora encontrado posteriormente pela Guarda Municipal no trapiche da Av. Beira-mar Norte (evento 29).

Inclusive, houve tentativa de contato telefônico com o investigado por meio de número indicado nos autos. Contudo, a diligência restou infrutífera, não sendo localizado o réu (evento 29).

A prisão preventiva de Guilherme se justifica para a garantia da ordem pública em razão do descumprimento da medida cautelar imposta por ocasião da audiência de custódia, nos termos do art. 282, §4º, do CPP.

(...)

Destarte, demonstrada a necessidade da prisão processual, com fundamento no art. 312, parágrafo único, do CPP, DECRETO a prisão preventiva de Guilherme Veloso Quintino.

Com efeito, não se vislumbra a alegada ofensa ao princípio do contraditório diante da revogação da liberdade provisória, sem a ouvida da defesa do paciente, porquanto "A conversão da medida cautelar em prisão preventiva em virtude do seu descumprimento prescinde da instauração de contraditório prévio, até porque aquele que se encontra naquela condição menos restritiva carrega prévia ciência a respeito das consequências caso não observe de modo estrito aquilo que veio a ser determinado inicialmente"(TJSC, Habeas Corpus (Criminal) n. 4000303-39.2019.8.24.0000, da Capital, rei. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Quarta Câmara Criminal, j. 17-1-2019).

(...)

Sublinha-se, outrossim, que há indícios nos autos acerca do estado de sanidade mental do paciente, uma vez que segundo relatado por este na fase inquisitorial, já esteve internado diante de problemas mentais (psicopatia, uso de entorpecentes e bipolaridade).

Ressalta-se, ainda, que a soma das penas dos delitos eventualmente praticados pelo paciente superam quatro anos, situação que também permite a decretação da prisão preventiva do paciente, com espeque no art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Diante desta situação fática, a juíza de primeiro grau instaurou incidente de Sanidade Mental e determinou a realização de exame criminológico de insanidade mental no paciente (evento 49), o qual não foi, até o momento, efetuado, razão pela qual se mostra necessária a segregação cautelar do

paciente para conveniência da instrução processual, aplicação da Lei Penal e resguardo da ordem pública, sobretudo pela existência de indícios acerca dos eventuais transtornos sofridos pelo paciente, assim como pelo descumprimento das medidas cautelares anteriormente impostas.

Conforme bem elucidado pelo Procurador de Justiça em ser parecer, caso o exame pericial venha a atestar ser o paciente inimputável ou semi-imputável, o decreto construtivo pode ser revisto pela juíza a quo (evento 6).

Ademais, é imperiosa a observação do princípio da confiança no juiz da causa, o qual detém substratos mais seguros para aferir a conveniência da prisão provisória, considerando a sua maior proximidade com as partes e com os fatos relatados no inquérito.

Frisa-se, por fim, que esse entendimento é formado com um estudo embrionário do feito, válido para o procedimento de Habeas Corpus, e que "[...] compete ao impetrante produzir prova pré-constituída de constrangimento ilegal." (TJSC, Habeas Corpus (Criminal) n. 0002496-66.2017.8.24.0000, de Palhoça, rei. Des. Jorge Schaefer Martins, Quinta Câmara Criminal, j. 8-2-2018).

Portanto, não há falar em qualquer constrangimento ilegal, de modo que a segregação cautelar deve ser mantida.

Ante todo o exposto, voto no sentido de conhecer do writ e denegar-lhe a ordem.

Cumprir verificar se o cárcere preventivo foi decretado em afronta aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e sem fundamentação idônea, como aduz a inicial.

Ora, é da jurisprudência pátria a impossibilidade de se recolher alguém ao cárcere se inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, não em meras conjecturas.

Note-se ainda que a prisão preventiva se trata propriamente de uma prisão provisória; dela se exige venha sempre fundamentada, uma vez que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI), mormente porque a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (CRFB, art. 93, inciso IX).

No caso, a custódia apresenta fundamentação idônea, uma vez que o descumprimento de medida cautelar anteriormente fixada é circunstância que demonstra sua insuficiência e justifica, portanto, a decretação da prisão.

Segundo consta dos autos, o paciente, em 28/12/2019, foi beneficiado com a liberdade mediante imposição de medidas cautelares diversas, dentre elas, monitoramento eletrônico. Entretanto, dois dias depois (30/12/2019), o referido dispositivo foi encontrado rompido pela Guarda Municipal.

Ora, "esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de que a custódia provisória pode ser decretada quando descumpridas algumas das medidas cautelares anteriormente impostas, como ocorreu *in casu*" (RHC n. 92.644/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 04/5/2018).

Na mesma direção, a custódia encontra previsão legal no art. 282, § 4º do Código de Processo Penal, que estabelece que, "no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código".

Observe-se que, sendo o monitoramento eletrônico a medida alternativa à prisão que exerce a maior vigilância sobre o acusado, não restaria outra alternativa senão a decretação da prisão, a qual foi requerida pelo representante ministerial - estando, portanto, cumprido o dispositivo legal.

Quanto à alegada possibilidade de o paciente sofrer de distúrbios mentais - recomendando seu tratamento em vez da custódia cautelar -, a comprovação requer o desfecho do incidente de insanidade mental, o qual já foi instaurado, mas ainda não concluído. Nada impede, entretanto, que, caso comprovada sua inimputabilidade ou semi-imputabilidade, a medida seja substituída por internação.

Ante o exposto, com esteio no art. 34, inciso XX do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator